



# Município de Muqui

## Estado do Espírito Santo

DECRETO Nº 160 DE 19 DE JANEIRO DE 2026

*Dispõe sobre os prazos para pagamento da Taxa de Vigilância Sanitária, Taxa de Licença para Localização e Funcionamento, Alvarás e Licenças, Taxa de Aforamento e do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, referentes ao exercício de 2026, e dá outras providências.*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MUQUI**, Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 77 do Código Tributário Nacional – CTN;

**CONSIDERANDO** as disposições constantes no Título III do Código Tributário Municipal – CTM (Lei Municipal nº 809, de 19 de dezembro de 2020), especialmente os artigos 263 e seguintes;

**CONSIDERANDO** o disposto na Lei Municipal nº 006, de 04 de abril de 1994;

**CONSIDERANDO** a atualização da Unidade Fiscal de Referência – UFR do Município, devidamente fixada por ato normativo próprio, em observância ao princípio da legalidade tributária;

**CONSIDERANDO** a necessidade de conferir transparência, previsibilidade e segurança jurídica aos contribuintes quanto aos prazos para quitação dos tributos e taxas municipais relativos ao exercício de 2026;

**CONSIDERANDO**, por fim, o interesse público e a observância aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência,

### DECRETA:

**Art. 1º** Fica estabelecido o dia **31 de março de 2026** como prazo final para o pagamento da **Taxa de Vigilância Sanitária**, nos termos do artigo 323, parágrafo único, inciso II, do Código Tributário Municipal, Lei nº 809/2020.

**Art. 2º** Fica estabelecido o dia **31 de março de 2026** como prazo final para o pagamento da **Taxa de Licença para Localização e Funcionamento**, conforme disposto nos artigos 265 a 275 do Código Tributário Municipal, Lei nº 809/2020.

**Art. 3º** Fica estabelecido o dia **31 de março de 2026** como prazo final para o pagamento da **Taxa de Aforamento**, nos termos da Lei Municipal nº 006, de 04 de abril de 1994.



# Município de Muqui

## Estado do Espírito Santo

**Art. 4º** O Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, referente ao exercício de 2026, deverá ser pago até o dia **30 de maio de 2026**, na forma dos artigos 196 a 198 do Código Tributário Municipal, Lei nº 809/2020, observadas as condições eventualmente estabelecidas em regulamento próprio.

**Art. 5º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de **1º de janeiro de 2026**.

**Art. 6º** Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal nº 090 de 20 de janeiro de 2025.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

**Sérgio Luiz Anequim**  
**Prefeito Municipal de Muqui/ES**

## MUNICÍPIO DE MUQUI

### PUBLICAÇÃO

Publicado nos termos do art. 89 do LOM.

Município de Muqui-ES, 19/01/2026

Secretaria Municipal de Administração